

CULTURA, DESENVOLVIMENTO E MÍDIA: A VISÃO DO QUILOMBO DA NAÇÃO XAMBÁ SOBRE O NEGRO NA TELEVISÃO

Raquel de Melo Santana¹
Renata Sá Carneiro Leão²
Irenilda de Souza Lima³

Resumo

Este artigo busca analisar, a partir da relação entre cultura e desenvolvimento, o projeto *Tem preto na tela*, cujo objetivo é problematizar a inserção dos negros nos meios de comunicação através de rodas de diálogo, exibição de documentários e oficinas culturais. O *Tem Preto na Tela* é uma ação do Bongar, grupo constituído por jovens moradores da periferia de Olinda-PE que, há nove anos, divulgam a tradição musical do terreiro a que pertencem os seus familiares, o Terreiro Santa Bárbara. A região quilombola é a única a abrigar representantes da Nação Xambá em Pernambuco.

Palavras-chave: Cultura. Desenvolvimento local. Mídia. Quilombola.

Cultura e desenvolvimento

Mais do que rezavam os velhos conceitos antropológicos, a cultura pode ser vista hoje além do conjunto de costumes, hábitos e experiências humanas. A cultura pode ser encarada tanto a partir de análise rasa sobre o que somos, o que vemos, o que fazemos, onde estamos e por quê quanto com olhar mais complexo, pelo ângulo de mediações e engendramentos de diferentes naturezas.

O professor da UFBA Paulo Miguez (2009) afirma que a cultura ocupa posição de destaque no momento atual, tanto no meio acadêmico quanto nas agendas nacionais, nas quais a diversidade cultural é posta em evidência por meio de políticas culturais e fóruns internacionais, como, por exemplo, a *Agenda 21 da Cultura*, apresentada no Fórum Universal das Culturas – Barcelona, em 2004; a *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais*, proposta pela Unesco, em 2006; e o *Plano Nacional de Cultura* do Estado brasileiro, que está sendo construído desde 2003 e cuja versão final foi aprovada pela Câmara dos Deputados este ano.

A partir de recentes estudos sobre desenvolvimento local e na leitura de autores

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: melosantana@yahoo.com.br

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: renatascleao@gmail.com

³ Professora doutora do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: irenilima2@gmail.com

como Renato Ortiz, levantamos, neste artigo, a discussão sobre como as ações que proporcionam discussões críticas acerca de problemáticas presentes em nossa sociedade – a exemplo da segregação racial fomentada pelos meios de comunicação – podem contribuir com o desenvolvimento de determinada localidade.

Para esse fim, analisamos a comunidade quilombola do terreiro de Santa Bárbara, situado no Portão do Gelo, periferia do município pernambucano de Olinda, formadas pelos únicos representantes da Nação Xambá – grupo religioso proveniente da África e símbolo da resistência negra quilombola no Brasil. O estudo se realiza a partir do Grupo Bongar, responsável, há três anos, pelo projeto *Tem preto na tela*, que sustenta o objetivo de discutir a participação dos negros nos meios de comunicação, por meio de rodas de diálogo, exibição de documentários e oficinas culturais.

Os métodos utilizados na elaboração deste trabalho foram revisão de literatura e pesquisa exploratória sobre a comunidade Xambá, o Grupo Bongar e o projeto *Tem preto na tela*, além de entrevistas com alguns dos idealizadores da iniciativa.

A fim de estruturar a discussão sobre cultura, mídia e desenvolvimento, partimos do princípio sustentado por Renato Ortiz (2008, p. 123) de que a cultura é caracterizada como o domínio dos símbolos. Segundo o autor, o símbolo “tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas”.

As definições de cultura adotadas pelas políticas culturais e órgãos internacionais possuem convergências com a caracterização de Ortiz, pois para o PNC (BRASIL, 2009, p. 12), a cultura seria o cultivo de “criação simbólica expressa em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades”. Já a Agenda 21 da Cultura (2004, p. 5) considera o patrimônio cultural “o testemunho da criatividade humana e o substrato da identidade dos povos”.

Nessas políticas e fóruns de discussão acerca de questões culturais, é frequente a relação entre cultura e desenvolvimento. A associação mais comum é a de que a promoção cultural geraria o desenvolvimento, tanto no que concerne ao crescimento econômico como em relação à melhoria da qualidade de vida.

A Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco declara que “a proteção, promoção e manutenção da diversidade cultural é condição essencial para o desenvolvimento sustentável em benefício das gerações atuais e futuras” (2007, p. 4). Entre os valores e conceitos do Plano Nacional de Cultura (PNC) está o da cultura enquanto “vetor de desenvolvimento essencial para a inclusão social por meio da geração e ocupação de renda” (BRASIL, 2009, p. 21) .

Para Ortiz (2008, p. 5), “o vínculo entre cultura e desenvolvimento é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente”. No entanto, o mesmo autor considera que

muitos documentos sobre cultura partem de afirmações genéricas, (...) sem circunscrevê-las porém à realidade nada harmônica que as envolve: melhorar as condições das mulheres e dos adolescentes (sem dizer quem são essas mulheres e esses adolescentes, em que mundo vivem, que tradições possuem), trabalhar pelo desenvolvimento sustentável (sem definir o que seria sustentável) (2008, p. 6).

De acordo com Ortiz (2008), o desenvolvimento associado à ideia de progresso, de melhoria, surgiu a partir do nascimento da modernidade, que difundiu um “padrão de excelência em relação ao qual todos os outros *desenvolvimentos* deveriam ser comparados”. Esse padrão de referência a que o autor se detém diz respeito ao modelo desenvolvimentista difundido pela modernidade: concentração de riquezas, avanços tecnológicos e científicos, livre comércio e concorrência. As sociedades enquadradas nesses moldes, denominadas avançadas, estimulavam, assim como continua ocorrendo nos dias atuais, as demais nações – os chamados *países em desenvolvimento* – a tomarem determinadas medidas para atingirem o patamar desejado de desenvolvimento.

Na América Latina, esse *estímulo* gerou consequências negativas em muitos países. A política de difusão de inovações no campo da agricultura, dos anos 1960 e 1970, por exemplo, resultou em degradação ambiental e aumento de concentração de riqueza dos latifundiários, e a adesão de vários países latino-americanos, a partir dos anos 1990, a princípios do neoliberalismo, como o estado mínimo, vem gerando problemas como aumento de desemprego, violência e desigualdade social.

Em vista dos resultados das políticas desenvolvimentistas se revelarem desanimadores, estudiosos de diversas áreas vêm se empenhando em estruturar outros conceitos em contraposição à noção clássica de desenvolvimento. Entre as acepções mais difundidas estão as de desenvolvimento local e de desenvolvimento sustentável.

Segundo Francisco Milanez (2003), o desenvolvimento sustentável (DS) busca continuar o processo de desenvolvimento da sociedade levando em consideração a manutenção do equilíbrio ambiental planetário. Já Oliveira (2001) sustenta que a perspectiva local do desenvolvimento corresponde a noções como as de desenvolvimento humano, cidadania, bem-estar e qualidade de vida. Para o autor, “o desenvolvimento local é uma noção polissêmica e necessariamente comporta tantas quantas sejam as dimensões em que se exerce a cidadania” (OLIVEIRA, 2001, p. 2).

De acordo com Tauk Santos e Brás Callou (1995), o desenvolvimento local está

preocupado em pôr em prática soluções imediatas para os problemas vivenciados por determinada comunidade. A comunicação exerce um papel fundamental nesse processo, pois é um instrumento capaz de definir e gerar políticas locais de desenvolvimento.

O quilombo e o rural

Embora a comunidade-alvo deste estudo, localizada no entorno do Terreiro de Santa Bárbara – Nação Xambá, na periferia do município de Olinda-PE – não pertença ao cenário territorialmente rural, há que se considerar as peculiares do povoado, de origem quilombola. Principalmente se essas peculiaridades estão engendradas com os conceitos de desenvolvimento local e de cultura em um programa como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (2008).

A partir do princípio de respeito às tradições, à cultura e ao ambiente, a nova política de extensão rural valoriza a atenção a categorias distintas, dentro dos cenários municipais, como os quilombolas. De acordo com Calheiros e Stadtler (2010), os quilombos sempre se relacionaram com outras esferas de organização social e poder do país de maneira destacada frente aos níveis estatais, embora não seja ainda bem compreendido pelos brasileiros.

Na PNATER, essas especificidades – provenientes de questões étnicas, religiosas e raciais – demonstram a preocupação do Estado em tratar os grupos, a partir da diversidade cultural e das desigualdades a que foram/são submetidos. Em algumas de suas diretrizes, o documento oficial da Ater brasileira deixa claro o apoio a ações “que interfiram no espaço de desigualdade e colaborem com a autoestima dessas comunidades” (CALHEIROS E STADTLER, 2010, p.135).

Uma dessas recomendações aos extensionistas está destacada no texto documental:

Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas (BRASIL, 2008, p.8).

O Ilê Axé Oyá Meguê, ou Terreiro Santa Bárbara, situado nas imediações do Portão do Gelo, no município pernambucano de Olinda, é o único representante da Nação Xambá no Brasil (ALVES, 2007). O fato de ser o único terreiro Xambá faz com que seja mais conhecido em Pernambuco não pelo nome de batismo da casa, e sim por

sua nação⁴.

Proveniente da região entre Nigéria e Camarões, de onde fugiram para estabelecimento em guetos de outras partes do mundo, como o Brasil, os filhos da Nação Xambá já somam mais de 80 anos em Pernambuco. O Terreiro de Santa Bárbara existe desde a década de 30 do século passado e é um dos poucos da Nação Xambá que sobrevivem no mundo, já que a maioria das casas desse culto se fundiram com as da Nação Nagô, perdendo suas características originais.

O terreiro foi fundado, em 1928, por Maria das Dores, mais conhecida como Maria Oyá, no bairro de Campo Grande, no Recife. Quem a iniciou na religião Xambá foi o *babalorixá* – ou pai de santo – Artur Rosendo, que, segundo relatos de filhos e filhas de santo do Terreiro Santa Bárbara, foi responsável por trazer essa tradição religiosa do Estado de Alagoas a Pernambuco (ALVES, 2007).

Por causa da repressão aos cultos afro-brasileiros durante o Estado Novo, o terreiro foi fechado no ano de 1939, reabrindo suas portas somente em 1950, no bairro de São Benedito, Olinda, na comunidade do Portão do Gelo, agora sob o comando da *yalorixá* (mãe de santo) Severina Paraíso da Silva, ou simplesmente Mãe Biu, para os filhos de santo e frequentadores da casa Xambá. Mãe Biu permaneceu como *yalorixá* do terreiro até 1993, ano de sua morte.

A *yalorixá* tornou-se uma figura muito querida na comunidade do Portão do Gelo, porque lá promoveu inúmeras ações socioculturais, como festas de Carnaval, São João, Natal e Dia das Mães. Mãe Biu foi a criadora da festa mais conhecida da Nação Xambá, o Coco da Xambá, que acontece em todo dia 29 de junho desde 1965. A festa, que a cada ano atrai público maior, reúne pessoas do terreiro, moradores de bairros próximos, estudantes, pesquisadores e artistas em geral.

Em 2002, foi inaugurado no local o Memorial Severina Paraíso da Silva, com documentos, fotos, mapas, objetos que remontam a história do Terreiro de Santa Bárbara. Graças à Nação Xambá e seu trabalho de preservação cultural, em 2006, a comunidade do Portão do Gelo foi reconhecida como Quilombo Urbano – por ocupar área que hoje já se considera no perímetro urbano –, o terceiro título concedido pela Fundação Palmares no Brasil.

Grupo Bongar: do terreiro aos palcos

⁴ Utiliza-se a palavra *nação*, no contexto do povo de terreiro, para designar as etnias dos diversos povos africanos que vieram ao Brasil à força para realizar trabalho escravo. As nações mais conhecidas no nosso país são Nagô, Angola, Ketu e Jeje.

“A partir da criação do grupo e suas andanças o povo Xambá começou a ser motivo de curiosidade do público, que até então a maioria não sabia da existência do culto Xambá no Brasil”. A frase do historiador Hildo Leal, (ALVES, 2007) ilustra a importância do grupo para a divulgação da cultura local a um público diverso do Terreiro de Santa Bárbara.

O grupo Bongar – palavra de origem bantu que significa busca do conhecimento espiritual – foi criado em 2001, por iniciativa de Cleyton da Silva, mais conhecido como Guitinho, estudante de Ciências Sociais da UFPE e, na época, com apenas 18 anos. Após a morte de Mãe Biu, Guitinho se afastou do terreiro com objetivo de ampliar seu repertório cultural: fez cursos de teatro, dança e música. A partir de seu contato com outras referências culturais, ele percebeu a riqueza da cultura da nação a que pertence: “Foi preciso me afastar para enxergar o quanto temos de riqueza cultural dentro do universo da Xambá. [...] Esse enxergar de fora provocou o desejo de criar algo, principalmente na área da música” (ALVES, 2007, p. 109).

A ideia inicial era fazer uma banda que tocasse diversos ritmos, mas logo o grupo percebeu que era mais interessante investir naquilo que já conheciam bem: o coco da Xambá, tradição familiar com a qual conviviam desde crianças. Apesar de muitos filhos e filhas de santo da casa não acreditarem no futuro do trabalho do grupo, o reconhecimento não tardou a vir. O Bongar passou a ser convidado a fazer shows com bastante frequência, apresentando-se em espaços importantes como a Terça Negra⁵.

Em 2006, o grupo lançou o seu primeiro CD, intitulado *29 de junho*, que teve lançamento na comunidade do Portão de Gelo. Leila, que na época era integrante do Bongar, acredita que o grupo impulsionou a divulgação da cultura Xambá:

O Bongar trouxe eventos para o Portão do Gelo. [...] E o maior evento foi o lançamento do CD, no dia 15 de outubro de 2006, na comunidade. O Bongar trouxe muitas coisas boas e benefícios para a comunidade. Na festa de lançamento, muitas pessoas comercializaram produtos, como artesanato e comidas. Todo mundo vendeu o seu produto. [...] Muitas pessoas conhecem a Xambá por conta do grupo. [...] E que chega à Xambá e não conhece o Bongar, os filhos de santo o divulgam. (ALVES, 2007, p. 122)

O sucesso alcançado pelo Bongar fez com que a desconfiança inicial de algumas pessoas da casa Xambá ficasse para trás, como demonstra o depoimento de Glória Maria, mãe de Guitinho: “Imaginava que o Bongar não iria para frente, pois, diante das

⁵ Projeto de difusão da cultura negra realizado semanalmente pela Prefeitura do Recife desde 2001. Em 2002, quando o Bongar se apresentou pela primeira vez no evento, a Terça Negra estava no seu auge, e era uma das principais vitrines para grupos da cultura popular.

dificuldades de conseguir instrumentos e as pessoas que começaram e não foram adiante, eu não acreditava que iria dar certo” (ALVES, 2007, p. 111).

No entanto, a carreira do grupo não pára de crescer. O Bongar participou de eventos de envergadura nacional, como a Feira Música Brasil 2007, quando dividiu o palco com o músico e ex-ministro da Cultura do Brasil Gilberto Gil. Já tocou em vários estados brasileiros e também em três outros países: Argentina, Irlanda e Cuba. Lançou o seu segundo CD, *Chão batido, coco pisado*, no primeiro semestre de 2010, financiado pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura), um dos editais mais concorridos do Estado de Pernambuco. Atualmente o Bongar está divulgando o seu último CD nas chamadas regiões de desenvolvimento de Pernambuco – Zona da Mata, Agreste e Sertão –, por intermédio de projeto aprovado com incentivo do Funcultura.

A trajetória do Bongar contribuiu tanto para a divulgação da Nação Xambá a um público maior como para um maior interesse da comunidade do Portão do Gelo pelas tradições do terreiro. De acordo com Marileide Alves (2007), “A comunidade nunca viu tantas crianças interessadas em aprender a batida do coco, o toque dos orixás” (2007, p. 123).

Com o decorrer dos anos, a ação do Bongar se ramificou para além de sua atuação nos palcos. O grupo passou a promover aulas-espetáculo, palestras, oficinas que ensinam a batida do coco da Xambá e de confecção de instrumentos. Organizou-se juridicamente em 2008 e, nesse mesmo ano, aprovou o projeto *Ponto de Cultura Um Quilombo Cultural*, por meio de edital lançado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), com recursos do Ministério da Cultura. O *Ponto de Cultura Um Quilombo Cultural* visa à preservação do patrimônio material e imaterial, fomentando o turismo de base comunitária. O projeto também realiza capacitação em estudos históricos afro-brasileiros e cultura pernambucana, atuando no Portão de Gelo e nas escolas públicas da região.

Tem preto na tela: a televisão não é preto e branco

A televisão brasileira não é preto e branco. A partir desse mote, o Grupo Bongar realiza, desde 2007, no Quilombo do Portão do Gelo, o projeto *Tem preto na tela*, a fim de promover a discussão sobre a presença de negros e negras na mídia brasileira, seja em novelas, propagandas, programas jornalísticos e humorísticos, bem como informativos impressos e livros. Todos os anos, por meio do projeto, o grupo

procura chamar a atenção do público para os debates e rodas de diálogos sobre diversos temas enfocando a pequena participação do povo negro nos meios de comunicação e de como o negro é retratado.

Geralmente entre 10 e 15 dias, a comunidade do Xambá se torna, ao mesmo tempo, público e palco para mostra de vídeos-documentários; oficinas de fotografia na lata, percussão, capoeira, dança e circo; rodas de diálogos; palestras e atrações culturais. Nas discussões, são abordadas as questões raciais do Brasil, entre outras temáticas, como: a aplicabilidade da Lei 10.639⁶ nas escolas; análise da abordagem da mídia sobre as políticas afirmativas para o povo negro; engenhos eletrônicos, TV digital, TV Quilombo; a folclorização do povo negro pela TV.

Desde o primeiro momento, há três anos, o Tem preto na tela conta com apoio de pontos de cultura de Pernambuco, prefeituras de Olinda e do Recife e da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

A coordenadora, Marileide Alves, observa que o projeto:

tem como objetivo fazer um raio-X da posição dos negros e negras na mídia, para apontar caminhos reparatórios e democráticos que ajudem o Brasil a se enxergar nos meios de comunicação tornando-os uma ferramenta a favor da sociedade, não de uma maioria.

O pontapé inicial da proposta foram as cenas consideradas racistas da novela *A lua me disse*, veiculada pela TV Globo no ano de 2005. Conforme manifestações da época, o Movimento Negro de todo o Brasil ficou indignado com o final reservado à personagem Latoya, que se tornou a *monga, a mulher que vira macaco* de um circo. A reação do Bongar, tendo em vista todo o trabalho de afirmação da cultura negra que vinha desenvolvendo, foi consoante com a do movimento negro organizado. Na mesma época, o grupo conheceu o livro e o documentário *A negação do Brasil*, ambos de Joel Zito Araújo. Livro e filme propõem uma abordagem histórica da representação social do negro na telenovela brasileira, que, com o passar dos anos, continua reservando aos negros papéis de personagens estereotipados ou negativos.

A partir desse marco, o grupo decidiu realizar evento de viés educativo, que incitasse as pessoas a refletirem sobre a discriminação e a desigualdade racial praticadas no meio televisivo. O slogan do evento foi apropriado para a ideia: *A televisão não é preto e branco* – jogo de palavras que desconstrói o mito da democracia racial, pois, na televisão brasileira, a presença dos brancos é indiscutivelmente superior à negra. A data escolhida para o evento foi o mês de novembro, pois no dia 21 desse

⁶ Lei instituída em 2003 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares.

mês é comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra.

No quesito comunicação popular, Peruzzo (1999) levanta importante questão para a discussão trazida à tona no Quilombo de Portão do Gelo: a comunicação massiva não é necessariamente *inimiga* da comunicação popular. A autora acredita que a tendência a repudiar a mídia massiva – com foco nos seus artifícios manipuladores e nos privilégios aos grupos dominantes, em detrimento dos subalternos – talvez até tenha influenciado a elaboração de uma comunicação popular não tão atraente. Para Peruzzo, “se os meios comunitários quiserem alcançar sucesso e se mostrar democráticos, terão que repensar esta prática e trabalhar com os valores culturais onde se inserem”. (PERUZZO, 1999, p.132)

Dessa forma, ao abrir o debate acerca da possivelmente camuflada discriminação de homens e mulheres negros na mídia televisiva, por exemplo, não se pode deixar de considerar a importância, não de *demonizar* os meios de comunicação massivos, mas valorizar as iniciativas de comunicação contra-hegemônica e, portanto, oriunda das culturas populares, que mediatizam essas distintas circunstâncias.

Fadul observa que:

A crença de que os meios manipulam as consciências ignora a dimensão fundamental da pessoa humana e, portanto, seu universo cultural, para aceitar que os valores do povo são constituídos por aqueles veiculados pelos meios massivos. É necessário examinar o que passa do projeto de manipulação das classes dominantes, quando as classes trabalhadoras se defrontam com o universo da representação, que não tem nada a ver com a vida de cada um (FADUL *apud* PERUZZO, 1999).

No entanto, ao se particularizar a análise para o estudo de caso, observa-se que o papel influente da mídia televisiva não pode ser negligenciado. Principalmente quando se consideram questões culturais complexas como etnia e religião, bastante latentes nos contextos quilombolas.

Com as ações promovidas a partir do *Tem preto na tela*, que envolvem especialistas, pesquisadores e artistas, tanto os membros da Nação Xambá quanto os participantes de outras localidades demonstram não só ter desenvolvido senso crítico em relação ao conteúdo da mídia como também capacidade de reconhecimento da própria essência do outro lado da tela e do sofá para dentro.

Thulio Nascimento, 22 anos, participante da oficina de audiovisual do *Tem Preto na Tela 2009*, acredita que as rodas de diálogo despertaram, no mínimo, a curiosidade nas pessoas da comunidade.

Para o entrevistado:

A grande maioria não sabe que está inserida em um quilombo urbano. Saber disso leva os jovens a pesquisarem e quererem saber mais sobre a comunidade. [...] Com esse

trabalho nas escolas, as passaram a enxergar realmente a sua cor. E com esse trabalho frequente, a gente vai conseguir o que a gente quer: a identificação do negro com a sua origem. E não só os negros, os brancos também, pois muitos deles se identificam com a cultura negra (informação verbal).⁷

Segundo o entrevistado, quando o grupo do projeto perguntou, na escola localizada nas proximidades da Nação Xambá, quem se identificava como negro, 90% dos jovens não levantaram a mão. “Os vídeos e as conversas que a gente teve abriram a cabeça deles. Aposto que, quando a gente voltar para lá, esses 90% vão diminuir”.

Guitinho, um dos produtores do *Tem preto na tela*, afirma que existe uma rotina de iniciativas sociais na comunidade, mas os resultados de um projeto em uma comunidade quilombola têm de ser muito evidentes. “Nós não temos uma TV para divulgar as nossas ações” (informação verbal), afirma.

Eu tiro pela minha casa. Hoje, embora as pessoas ainda não possuam discurso afirmativo, olham diferente para a TV, percebem quando aparece algum preconceito contra os negros. Aqui no campo estético de roupa, cabelo, eu tenho certeza que a TV não influencia mais como antes.

Para Guitinho, a ideia do projeto, nas escolas, é atingir prioritariamente os professores, que vê como figuras de grande referência para os jovens. “Se o professor não agregar esse discurso, não vai adiantar”, salienta.

A experiência do *Tem preto na tela*, dessa forma, encarna a ideia da educação e da comunicação como fator indispensável para a promoção do desenvolvimento local. Para Dowbor (2006), a ideia de educação para o desenvolvimento local está vinculada à formação de pessoas que possam vir a participar de iniciativas transformadoras no entorno em que vivem. A educação e a informação, nesse caso, devem ser princípios indissociáveis, uma vez que contribuem para o autoconhecimento e a valorização das potencialidades endógenas. Segundo o autor, “a educação não deve servir apenas como trampolim para uma pessoa escapar da sua região: deve dar-lhe os conhecimentos necessários para ajudar a transformá-la” (DOWBOR, 2006, p.1).

Dowbor defende a ideia de que a educação para a geração de desenvolvimento local seja um fator marcante principalmente dos projetos com a infância, uma vez que se pode despertar nas crianças, mais facilmente, o sentimento de pertencimento. Para o autor, as crianças podem e devem se apropriar do território onde vivem, percebendo seu papel como central nesse contexto.

Tal noção de laços e redes remete à ideia de troca de fluxos de informações, ou,

⁷ Entrevistas concedidas às pesquisadoras durante uma das visitas à comunidade da Nação Xambá, no dia 27 de agosto de 2010.

mais amplamente, à comunicação. Matos (2009) ressalta a importância das interações nas redes sociais por meio de práticas comunicativas, seja na relação interpessoal ou naquelas marcadas pela interferências dos meios de comunicação massivos ou populares.

Na direção de estudos contemporâneos, nas áreas de ciências políticas e comunicação social, percebe-se maior interesse no papel que as interações comunicativas cotidianas desempenham nas capacidades relacionadas à participação política e à construção da cidadania.

É importante ainda refletir sobre o entrecruzamento dos fluxos comunicacionais da vida cotidiana. Nesse sentido, Matos pondera que:

O modo como percebemos e interpretamos o mundo depende de um tipo de conhecimento partilhado que é constituído nas conversações rotineiras que nos permitem viver juntos, interagir com os outros. Esse conhecimento proporcionado pela conversação cotidiana é também responsável pela formação da opinião pública. Contudo, ele se diferencia daquele propiciado pelo debate nas esferas públicas voltado para a produção das decisões. Assim, as conversações têm um papel importante não só na formação de esferas públicas de debate coletivo, mas também na estruturação da opinião pública, entendida como resultado do conhecimento produzido pela troca de ideias em torno de uma questão pública (MATOS, 2009, p.81).

Matos acredita, portanto, que a conversação cotidiana é parte significativa da socialização e integração cultural, de modo que contribui para a constituição de redes de interação, confiança e laços de solidariedade, ou seja, elementos que sustentam o conceito de capital social.

Em linha semelhante, Dowbor (2001) salienta que o cidadão informado se torna alguém que pode participar diretamente dos processos de transformação política e social, fazendo os sistemas evoluírem da democracia representativa para a democracia participativa. “O autoconhecimento pelas comunidades abre espaço para a resolução descentralizada de problemas e a organização de frentes de trabalho voluntário de diversos tipos” (DOWBOR, 2001, p.3). Dessa forma, a comunicação assume papel imprescindível no processo de transformação institucional, público e comunitário, servindo de catalisador e fator de dinamismo.

Uma vez que as políticas sociais são capilares, de maneira geral, faz-se necessário articular, para efetivo êxito em cada agrupamento, pequenas iniciativas. Para tanto, Dowbor sugere a formação de uma rede de comunicação, a fim de que se potencializem os impactos da informação, ao permitir que cada comunidade conheça o que se faz em outras localidades. As instituições que se propõem ao diálogo com as comunidades para a geração de desenvolvimento local devem, portanto, se encarregar dessa gestão comunicacional, como pondera o autor:

É igualmente essencial levar em conta que fica normalmente difícil para pessoas que estão dinamizando uma importante mas pequena iniciativa em algum bairro ou município do interior, pensarem e organizarem a divulgação do que fazem. A lenta e fundamental construção do capital social pelo país afora, através de milhares de iniciativas dispersas, normalmente não adquire nenhuma visibilidade. Quem tem melhores condições de elaborar e facilitar o funcionamento desta rede de comunicações e de divulgação são pessoas e instituições que profissionalmente estudam estas experiências (DOWBOR, 2001, p.6).

Dessa forma, interessa refletir sobre a articulação e a gestão dos sistemas locais de comunicação, além da organização das redes que deverão valorizar a informação, de forma participativa, gerar efeitos multiplicadores. Essa visão da informação compartilhada, segundo Dowbor, consiste em gerar, sistematizar e fazer circular a informação, tendo como principal referencial a utilidade que esse esforço representa para os próprios atores sociais envolvidos no processo. O desafio se configura, portanto, em “gerar uma dinâmica que permita colocar em rede o que já existe, construir gradualmente a navegabilidade neste universo, e criar gradualmente por tabela a melhoria dos sistemas de elaboração de informação de cada ator do processo” (DOWBOR, 2001, p.6).

Considerações finais

Cultura e desenvolvimento são componentes indissociáveis se levada em conta a perspectiva do desenvolvimento local, que condiciona o desenvolvimento à preocupação com a articulação da comunidade local, suas potencialidades e fenômenos endógenos. A cultura, como se observou nas linhas traçadas acima, configura-se num espaço de convívio, diálogo e agir comunicativo, capaz de provocar, fazer refletir e transformar.

A comunicação, dentro desse espaço cultural, aparece como fator catalisador do desenvolvimento local, nesse processo de descoberta das potencialidades endógenas de uma comunidade e do diálogo produtivo acerca das dimensões que envolvem a descoberta dos atores sociais por eles próprios e do fortalecimento da autoestima. Dessa maneira, o Tem Preto na Tela, projeto que se propõe a discutir práticas racistas de produtos comunicacionais da grande mídia e difundir conteúdos audiovisuais que ressaltem a cultura negra de maneira afirmativa, contribui para o desenvolvimento local no sentido proposto por Oliveira, na medida em que procura proporcionar o desenvolvimento humano, a cidadania, e o bem-estar dos moradores do Quilombo Urbano Portão do Gelo e seu entorno.

Referências

AGENDA 21 DA CULTURA. Texto aprovado no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona, 2004.

ALMEIDA, Eliane de Souza. **Ilusão e realidade em Ivaporunduva**: a televisão na cultura quilombola. Análise a partir da folkmídia. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

ALVES, Marileide. **Nação Xambá**: do terreiro aos palcos. Recife, 2007.

BENJAMIN, Roberto. **Folkcomunicação: no contexto de massa**. João Pessoa: Ed. CCHLA, UFPB, 2000.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**: conceitos, participação e expectativas. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF, 2008.

CALHEIROS, Felipe; STADTLER, Hulda. **Identidade étnica e poder**: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Rev. Katál. Florianópolis, v. 13, n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010.

CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 20 de outubro, 2005. Texto oficial ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006. Brasília: IBCT/UNESCO, 2006.

DOWBOR, Ladislau. **Educação e desenvolvimento local**. São Paulo, 3 de abril de 2006. Disponível em:
http://dowbor.org/metadata_search.asp?search=desenvolvimento+local&Submit1=OK.
Acessado em 14 de fevereiro de 2011.

FADUL, Anamaria. Cultura e comunicação: a teoria é necessária. In: PERUZZO, Cícilia, M.K. **A comunicação nos movimentos populares**. São Paulo: Vozes, 1999.

FRANCO, A. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Brasília: Instituto de Política, 2000.

MATOS, Heloísa. **Capital social e comunicação**. Interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 76-84.

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma**: que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo, Polis, FGV, 2001.

ORTIZ, Renato. Cultura e desenvolvimento. In: Políticas Culturais em Revista, 1(1), p. 122-128, 2008 – www.politicasculturaisemrevista.ufba.br

PERUZZO, Cicilia, M.K. **A comunicação nos movimentos populares:** a participação na construção da cidadania. São Paulo: Vozes, 1999.

TAUK SANTOS, M. S. e CALLOU, A. B. F. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. In: **Revista Signo de Comunicação Integrada**. João Pessoa: UFPB, 1995.

Sites consultados

<http://www.nacaocultural.pe.gov.br/descricao-do-ponto-de-cultura-um-quilombo-cultural>. Acesso em 23/08/2010.

<http://www.myspace.com/grupobongar>. Acesso em 23/08/2010.

<http://www.xamba.com.br/index.htm>. Acesso em 23/08/2010.

<http://www.mocambos.net/noticias/comunidade-xamba-reivindica-centro-cultural>. Acesso em 23/08/2010.